

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 24/Mai



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2784/2022



BAHIA

PAPADO COM

#FIQUE

Pres.Nac.da conf
.dos Vigilantes
José Boaventura.

Lucivaldo
PAPA

Dia 24.05.2022 **AO VIVO**

TERÇA **19H00**

@lucivaldo_papa

Em Natal, bolsonarista é condenado a pagar indenização por ameaça de morte a diretor de sindicato



A Justiça do Rio Grande do Norte condenou o bolsonarista Álvaro Roberto da Silva Melo a indenizar em R\$ 2 mil, por danos morais, o diretor do Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes do Rio Grande do Norte (Sindsegr) Gerson Gomes.

Após divergências políticas em um grupo de Whatsapp que reúne vigilantes, Gerson Gomes foi xingado, perseguido e ameaçado de morte pelo réu. Atualmente, Álvaro não trabalha como vigilante, embora continue armado, além de colecionar facas artesanais.

“Tudo começou porque estava tendo uma discussão política no grupo e ele falou que todos da esquerda são pessoas violentas. Por eu dizer que são ambas as partes, ele se doeu e perguntou se eu tava chamando ele de vagabundo e dizer ‘vagabundo é você’. E começou a me ameaçar de morte”, contou o diretor.

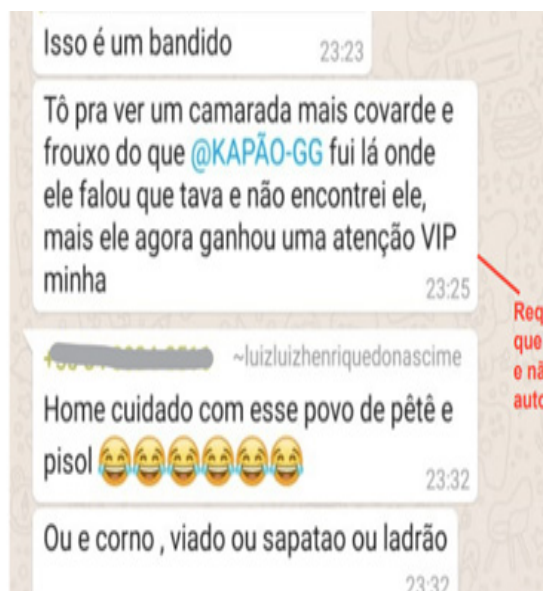
“Por eu ser sindicalista, por eu ter opinião

formada, ele começou a desferir ataques contra a minha pessoa, dizendo que não valho nada, que poderia me matar que ninguém ia se importar com a minha vida”, completou.

Foi anexada ao processo uma conversa em que Álvaro vai atrás da vítima em um restaurante e um áudio de ameaça que diz: “Cadê tu Gerson? Tu não é homem não, seu veado safado. Tô aqui em frente o Camarões saia aqui fora para eu dar um tiro na sua cara seu vagabundo. Você hoje não vai morrer não, mas a partir de segunda-feira você se prepare, porque onde eu lhe pegar, eu mato”.

De acordo com Gerson, o acusado também foi ao seu local de trabalho e chegou a ser atendido por uma pessoa. Ele também teria oferecido a moto em troca do endereço residencial do diretor sindical.

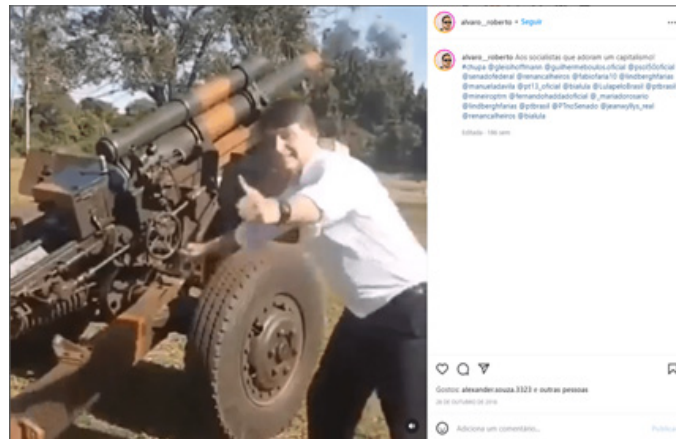
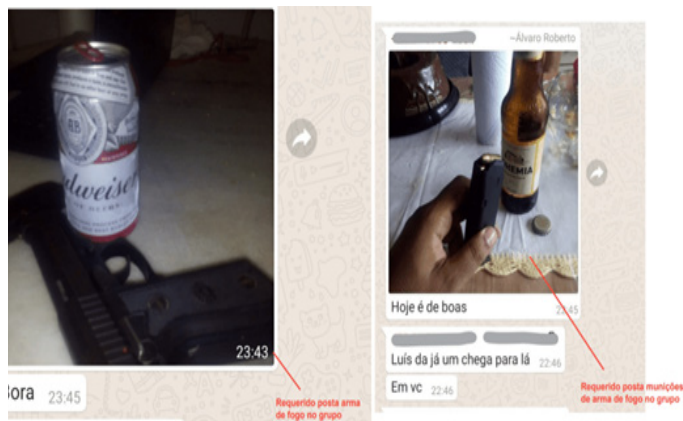
No grupo, chegou a ter apoio de outro homem, Luiz Henrique Nascimento:



Ao se manifestar no processo, Álvaro se retratou pelo ocorrido e disse que as ofensas foram feitas pelas duas partes – o que não foi verificado pelos juízes: “restou incontroverso, inicialmente, o fato de existir perseguição ao autor ou perturbação do sossego realizada por parte da ré”, diz a sentença.

“É uma pessoa intransigente, que apoia o atual governo, tem fotos manuseando armas, por aí você tira do que é capaz”, alerta Gerson.

No Instagram, Álvaro costuma fazer publicações antipetistas violentas. Em 2018 publicou uma montagem em que Bolsonaro dispara um canhão contra a sede Partido dos Trabalhadores, que explode.



Em nota,

O Sindsecur ressaltou a necessidade de preservação de um ambiente político baseado na ética e na democracia, “com diálogo livre de constrangimentos, desrespeito e de autoritarismos”.

“Se, de um lado, temos a liberdade de expressão, do outro podemos ter a dignidade da pessoa humana, o direito à vida privada, à imagem e à honra. É lamentável e inadmissível que pessoas utilizem grupos de Whatsapp da nossa valorosa categoria para disseminar discurso de ódio, injúria e difamação. A direção do Sindsecur repudia veementemente toda manifestação de ódio, violência, e intolerância sob qualquer pretexto”, manifesta o sindicato.

FONTE: SAIBAMAIS.JOR.BR

Sindsegur participa de reunião com representantes do Idema e empresa DMB



Diariamente nossa entidade está na luta para garantir os direitos dos vigilantes do RN

O Nesta segunda-feira, 23 de maio, a coordenadora geral do Sindsegur Dalcilene Cabral e os diretores, Márcio Lucena, Allan Cardeck e Josenilson Nascimento participaram de uma reunião com a administração do Idema com objetivo de solucionar o problema dos constantes atrasos de salário, vale alimentação e férias dos vigilantes da DMB que trabalham nos postos de serviço do órgão.

Na ocasião, também estava presente os representantes do Idema Rodolpho Leonardo, Charles Galvão e Marcílio Lucena, além do proprietário da DMB juntamente com advogado e o responsável do setor financeiro.

Durante a reunião os representantes do Sindsegur cobraram dos gestores e da empresa uma solução breve para que a situação do atraso de salário e vale alimentação dos vigilantes seja solucionado.

Essa situação se estende a aproximadamente

um ano e todos os meses é necessário que o nosso sindicato notifique a empresa e órgão contratante além de realizar manifestações até que o pagamento seja efetuado. Além disso, também foi cobrado o pagamento das férias atrasadas dos vigilantes.

De acordo com os representantes do órgão a empresa DBM Segurança não tem encaminhado a documentação para liberação do repasse dentro do prazo.

O nosso sindicato está diariamente combatendo o atraso de salário e o descumprimento dos direitos trabalhistas. Para isso vai continuar cobrando das empresas e dos gestores de contratos o merecido respeito. Vamos fortalecer a mobilização para fazer valer nossos direitos.

Junte-se a nós e ajude a fortalecer a luta por direitos e valorização profissional.

FONTE: sindsegur

Decisão do STJ obrigará segurados a devolver benefícios do INSS antecipados

Corte decidiu que segurados que receberam benefícios por meio de tutela antecipada e perderam ação contra o INSS na Justiça terão de devolver o dinheiro. Especialista em previdência diz que decisão é 'cruel'

MARCELLO CASALL/AGÊNCIA BRASIL



Trabalhadores e trabalhadoras que acionaram o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na Justiça para ter direito a benefícios e perderam as ações, terão de devolver os valores recebidos antecipadamente. A decisão, tomada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no dia 11 de maio, é injusta e cruel, diz especialista em previdência.

A devolução dos recursos recebidos no período da chamada tutela antecipada vale para processos de trabalhadores que reclamam

na Justiça o direito a benefícios previdenciários por incapacidade e assistenciais negados pelo INSS, e que conseguiram, por meio de liminares, o direito de receber os benefícios até a decisão final da Justiça.

Tutela antecipada é uma decisão intermediária da Justiça dada por um Juiz, que entende que há necessidade de sobrevivência, manutenção de tratamento médico, além de despesas familiares em momentos críticos em que o trabalhador perde o emprego e a renda

por estar incapacitado ou inapto ao trabalho.

Ao conceder a tutela, os juízes levam em consideração a possibilidade de a decisão do INSS, de negar o benefício ao trabalhador que precisa daquele dinheiro para sobreviver, ser revertida.

“O segurado pede o benefício porque precisa. Se o Juiz concedeu essa tutela foi em função de necessidades inadiáveis. Portanto, uma decisão de outra instância coloca em risco a sobrevivência desse segurado”, afirma o pesquisador da Universidade de Brasília (Unb), Remígio Todeschini, que é especialista em Previdência.

Para o pesquisador, a decisão é um contrassenso já que o gasto desse segurado se deu para que pudesse se manter. “É também contrária à proteção social constitucional dada pelo combate persistente da pobreza no Brasil”, diz.

A obrigatoriedade da devolução, imposta pelo STJ, é injusta e cruel. Esse entendimento do STJ mostra que o Tribunal não está em sintonia com os princípios constitucionais que fortalecem o Estado Democrático de Direito e se alinha às maldades do neoliberalismo e contrária à distribuição de renda- Remígio Todeschini

É preciso considerar que os benefícios, entre aposentadorias e auxílios, pagos pelo INSS a mais de 30 milhões de brasileiros têm acima de tudo o propósito da proteção social e redução da pobreza no país, diz Remígio. Segundo ele, a maior parte desses benefícios é pago em pequenos municípios, onde, habitualmente, a renda per capita é menor do que em grandes centros.

Julgamento

O STJ vinha analisando a proposta de revisão do “Tema 692”, que se refere à obrigação do autor da ação a devolver os benefícios previdenciários no caso de perda dessa ação na Justiça. O tema foi julgado em 2014, mas uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em um outro tema, o 709, entendia que valores recebidos não precisavam ser devolvidos.

Desta forma houve uma jurisprudência e cortes de todo o país seguiram o entendimento de que a devolução, caso o segurado perdesse a ação, não era cabível. No entanto, houve recursos do INSS na Justiça e o caso foi parar no STJ novamente. Contrariando o STF, o STJ decidiu pela devolução.

Insegurança

Ainda que a devolução seja limitada a 30% do benefício, milhares de segurados deverão ser penalizados já que recebem apenas um salário mínimo – hoje de apenas R\$ 1.212 - e muitos já têm o orçamento comprometido até mesmo na fonte, com os empréstimos consignados, limitados a descontos de 35% do valor do benefício.

Em entrevista à Folha de SP, o advogado Fernando Gonçalves Dias, que defendeu os segurados no julgamento do ‘Tema 692’, afirmou que somadas as duas porcentagens, ‘centenas de milhares de pessoas passarão a receber em torno de R\$ 460 por mês.

O advogado afirmou ainda que cabe recurso e a defesa irá recorrer da decisão do STJ.

A orientação da CUT para trabalhadores que pretendem entrar com ações contra o INSS é procurar um advogado especialista em Previdência e orientação dos sindicatos para que possa ter segurança jurídica tanto quanto ao direito ao benefício como nos casos de pedidos de tutela antecipada.

FONTE: CUT - Andre Accarini | Editado por: Marize Muniz

Projeto destina R\$ 312,7 mi para peritos do INSS



O crédito atende lei que mudou regras de honorários periciais nos processos ligados ao INSS
Marcelo Camargo/Agência Brasil

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisará o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 13/2022, que abre crédito especial de R\$ 312,7 milhões para o Ministério do Trabalho e Previdência. O dinheiro será usado para pagar peritos que trabalham em processos na Justiça Federal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os recursos virão do cancelamento de dotações para benefícios previdenciários.

O crédito é necessário por causa da Lei 14.331, de 2022, que mudou as regras de honorários periciais nos processos que envolvem o INSS. A

lei determina aos autores da ação a antecipação dos valores da perícia.

Não haverá mais cobertura da perícia para quem não for considerado hipossuficiente financeiramente, inclusive em ações pedindo benefícios assistenciais à pessoa com deficiência ou benefícios previdenciários por incapacidade laboral.

Após análise da CMO, o PLN seguirá para votação em sessão do Congresso Nacional.

Da Agência Câmara

Fonte: Agência Senado

Caixa continua sendo usada em campanha eleitoral antecipada

Pedro Guimarães já foi advertido sobre uso indevido da imagem e de recursos do banco em campanha eleitoral antecipada



Mais uma vez, empregados da Caixa Econômica Federal estão acusando o presidente do banco, Pedro Guimarães, de utilizar o banco e sua imagem para fazer campanha eleitoral antecipada para o atual presidente da República. As denúncias têm como base o vídeo “Caixa: mudança histórica de postura garante investimentos a quem mais necessita”, postado do canal pessoal no Youtube do presidente da República, com depoimento do presidente da Caixa, se configura como campanha eleitoral antecipada, segundo a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) do banco, Fabiana Uehara Proscholdt.

“Não é a primeira vez que Pedro Guimarães usa a Caixa para fazer campanha eleitoral para o atual mandatário da Presidência da República. No ano passado, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) reconheceu que, já naquela ocasião, havia evidências de uso pessoal da Caixa para esta prática. Agora, mais uma vez, ele faz uso da imagem do banco com a mesma finalidade. Esperamos que o Mistério Público Eleitoral tome as providências que já tinham que ter sido tomadas”, disse Fabiana.

Privatista

Mas, para a coordenadora da CEE/Caixa, apesar de discordar do uso inapropriado da imagem do banco, o vídeo é providencial. “Mostra exatamente o desprezo que ele e este governo têm pela coisa pública, pelo banco público” disse. “Querer se gabar de que este governo está vendendo a Caixa e que antes isso não existia é, no mínimo, falta de bom senso. Vender a Caixa não é um bom negócio. Só este governo privatista, sem compromisso com o país e com o povo brasileiro, acredita que se desfazer da Caixa e demais empresas públicas seja um bom negócio”, completou, lembrando que, em diversos países, está havendo uma onda de reestatização dos serviços públicos que haviam sido privatizados.

O livro O Futuro é Público, baseado em uma pesquisa do Transnational Institute (TNI), um centro de estudos em democracia e sustentabilidade sediado na Holanda, revela que mais de 1,4 mil serviços foram reestatizados no mundo todo entre 2000 e 2017. Na maioria dos casos, em decorrência de a administração pela iniciativa privada se mostrar problemática e ineficaz. No Brasil, a publicação foi realizada pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae).

“Trata-se de uma obra importantíssima, com diversas informações que mostram os motivos pelos quais a privatização dos serviços públicos não é um bom negócio para o país e tampouco para a população. Por isso, deve ser lida por todas as pessoas que defendem as empresas e os serviços públicos”, afirmou o presidente da Fenae, Sergio Takemoto.

Com um total de 15 capítulos, divididos em duas partes, “Resgatando o serviço público ao redor do mundo” e “Da (re)municipalização à propriedade pública democrática”, o livro também está disponível, gratuitamente, em versão digital.

FONTE: CONTRAF

CUT participa de seminário do MPT sobre depressão e suicídio entre trabalhadores

Pedro Guimarães já foi advertido sobre uso indevido da imagem e de recursos do banco em campanha eleitoral antecipada

SEMINÁRIO

Sofrimento Mental e Morte entre trabalhadores e trabalhadoras – Transtornos Mentais e Suicídios Relacionados ao Trabalho

24 de maio | das 9h às 17h30
25 de maio | das 8h30 às 13h

 /MPTCampinasOficial

Organização:  

Nestas terça e quarta-feira (24 e 25 de maio), representantes da CUT e das demais centrais sindicais participarão de um seminário sobre um dos problemas que mais afetam a classe trabalhadora nos dias atuais – o adoecimento mental causado pelo pelas condições de trabalho. O Seminário “Sofrimento Mental e Morte entre Trabalhadores– Transtornos Mentais e Suicídios Relacionados ao Trabalho”, organizado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Unicamp será em formato híbrido com transmissão pelo Youtube do MPT de Campinas, nos dois dias, das 8h30 às 17h. (Veja programação ao final da matéria).

A pandemia, a crise econômica, a falta de perspectivas e a insegurança sobre o futuro, as cobranças excessivas de produtividade aliadas ao assédio moral no trabalho são fatores que têm contribuído diretamente para o aumento

do número de casos nos últimos anos e esse quadro merece urgente atenção e debates sobre estratégias, segundo os organizadores do seminário que alertam: muitos casos evoluem para o extremo do suicídio.

De acordo com dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, em 2020 foram mais de 576 mil afastamentos, número 26% maior que 2019. Entre os casos, a ansiedade, a depressão e a síndrome do pânico que acometeram trabalhadores e os obrigaram a se afastar do trabalho. Os afastamentos por depressão, por exemplo, passaram de 213 mil em 2019 para 285 em 2020.

Todos que tratam de direitos dos trabalhadores, inclusive o movimento sindical, têm de discutir o assunto e cobrar tanto das empresas como do poder público ações e políticas que protejam os trabalhadores, diz

a secretária de Saúde do Trabalhador da CUT, Madalena Margarida Silva. “A proteção e promoção da saúde mental da classe trabalhadora sempre estiveram presentes em nossas ações e depois da pandemia se tornou um desafio ainda maior”, afirma.

Adoecimento mental

Outros dados sobre o adoecimento mental mostram ainda que cresceu não somente o número de afastamentos, que são temporários – no caso da depressão a média é de 196 dias. A concessão de aposentadorias por invalidez, em função de problemas mentais subiu de 241,9 mil para 291,3 mil de 2019 para 2020. O aumento é de 20,4%.

E o alerta é de que esses números são apenas “a ponta do Iceberg”, diz Madalena. “Não refletem a imensa realidade por causa da falta de notificação. Há muitos casos que não chegam ao afastamento ou à aposentadoria pelo simples fato de que trabalhadores preferem sofrer sozinhos a procurar ajuda. É uma situação que tende a piorar se não houver um olhar especial”, ela diz.

A dirigente se refere ao acesso aos direitos e a políticas efetivas na atenção à saúde humanizada e com condições de atender as demandas da promoção de saúde da classe trabalhadora, com relação ao trabalho.

“Neste seminário pretendemos levantar todas essas questões, desenhar esse panorama e discutir com as entidades que vão participar as formas de se combater esse problema”, diz a secretária de Saúde da CUT. O papel do Ministério Público do Trabalho é fundamental na promoção e fiscalização de condições de trabalho, acrescenta a dirigente.

Para subsidiar o debate, serão abordadas ações e experiências adotadas em todo o mundo que possam ser replicadas no Brasil além de envolver diferentes setores da sociedade no tema e propor medidas de promoção da saúde mental bem como a prevenção do adoecimento.

Suicídios

No mundo todo, uma pessoa comete suicídio a cada três segundos. Segundo a Associação Psiquiátrica da América Latina, no Brasil, a cada

45 minutos uma pessoa tira a própria vida. O suicídio é também a principal causa de mortes entre jovens de 15 a 29 anos de idade.

O Brasil ocupa o 8º lugar em números absolutos e a 113ª posição na média mundial, embora se acredite que haja subnotificação dos casos. De 2007 a 2016, segundo dados do Ministério da Saúde, 106.374 pessoas morreram dessa forma.

E a pandemia agravou o cenário. O relatório COVID-19 Health care wOrkErs Study (HEROES), feito pela Organização Panamericana de Saúde mostra que, na América Latina, entre 14,7% e 22% dos trabalhadores de saúde entrevistados em 2020 apresentaram sintomas que levaram à suspeita de um episódio depressivo, enquanto entre 5% e 15% dos trabalhadores disseram que pensaram em cometer suicídio.

O estudo também mostra que, em alguns países, apenas cerca de um terço dos que disseram precisar de atendimento psicológico realmente o receberam. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que transtornos mentais como ansiedade e depressão afetam 264 milhões de pessoas no mundo e têm um impacto econômico significativo, com um custo estimado à economia global de US\$1 trilhão por ano em perda de produtividade.

No entanto, estima-se ainda, que para cada US\$ 1 investido em tratamento para os transtornos mais comuns, há um retorno de US\$ 4 em melhora de saúde e de produtividade.

Depressão e suicídio a serviço do capitalismo
O seminário

Importantes personalidades do Direito do Trabalho e de entidades tanto do meio sindical como Universidades participarão do Seminário. Entre eles, o juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), Guilherme Guimarães Feliciano.

As mesas temáticas abordarão o sistema econômico capitalista como indutor do sofrimento dos trabalhadores, o assédio moral e o suicídio, relacionados ao trabalho.

Fonte: Marize Muniz – CUT Brasil

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF